

ATA DA TRECENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO DA JUNTA PLENA

JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

Data: 11 de novembro de 2025

Local: Plenário da JURAT.

Horário: 14h.

Reunião nº 42/2025

Presentes: Cristiane Stolle, Cristiano de Oliveira Schappo, Denise da Silveira Peres de Aquino Costa, Miqueas Libório de Jesus, Oséias Colla, Osni Sidnei Munhoz, Priscila Zanghelini Gesser, Rosilaine Bokorni, e Dra. Francieli Cristini Schulz.

Presidiu os trabalhos o Presidente da Junta Plena (ad hoc) Sr. Roniel Vieira dos Anjos e secretariou a Sra. Cláudia Miranda Daufenbach.

Pauta: 1 - Aprovação da Ata da Sessão Anterior, 2 - Julgamento de Processos, 3 - Aprovação de Acórdãos.

Deliberações: 1 - **Aprovação das Atas das Sessões Anteriores:** Ata da sessão 39/2025 aprovada sem mais observações. 2 - **Julgamento de Processos:** Processo SEI nº 24.0.232463-0, em que é recorrente Rudnick Minérios Ltda, sendo relator(a) Miqueas Libório de Jesus. Assunto: Restituição de ITBI. O relator fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Defensora da Fazenda Pública, Dra Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se no sentido de dar provimento ao recurso, para então anular o parecer de indeferimento e remeter à Unidade para que a mesma avalie o mérito do requerimento. Após a fase de discussão, o relator fez a leitura do seu voto no sentido de determinar o envio dos autos à Unidade de Fiscalização de Tributos, a fim de que seja designado Auditor Fiscal da Receita Municipal para analisar o pedido de repetição de indébito. Para tanto, deve ouvir a Comissão Específica de ITBI sobre a avaliação imobiliária trazida pela Contribuinte para contrapor o valor constante na guia que foi paga, caso em que a autoridade fiscal competente, depois da oitiva, despachará o requerimento se pronunciando acerca do direito ou não à restituição requerida. A representante da contribuinte, Dra Elis Regina Lopes argumentou que o contribuinte trouxe o laudo de avaliação demonstrando que o imóvel é de área rural, florestado, e sem valor construtivo. Após a manifestação, a Dra Francieli Cristini Schulz manteve o seu parecer. O julgador Osni Sidnei Munhoz divergiu do voto do relator para dar provimento total ao pedido da contribuinte, para conceder a restituição considerando o valor do laudo juntado, entendendo que a UGA já se pronunciou quanto à base de cálculo (mérito). A julgadora Priscila Zanghelini Gesser acompanhou o voto do relator, destacando o seu voto no acórdão nº 114/2025 e SEI 24.0.171203-2. O julgador Cristiano de Oliveira Schappo acompanhou a divergência, por entender que houve análise de mérito. As julgadoras Rosilaine Bokorni e Cristiane Stolle acompanharam o relator. Os julgadores Oséias Colla e Denise da Silveira Peres de Aquino Costa acompanharam a divergência. Havendo empate, o Presidente Ad Hoc Roniel Vieira dos Anjos acompanhou o relator, para remeter os autos para que seja feita a análise da autoridade fiscal. **Decisão:** Acordaram os membros da Junta Plena, por maioria de votos (5x4), com voto de desempate da presidência, pelo conhecimento parcial do pedido e, na parte conhecida pelo provimento para determinar o retorno dos autos para a autoridade fiscal, nos termos do voto do relator. Processo SEI nº 25.0.102338-7 em que é recorrida H Carlos Schneider S/A Comércio e Indústria, Remessa de Ofício nº 10/2025, sendo relator(a) Osni Sidnei Munhoz. Assunto: Restituição de IPTU. O relator fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Defensora da Fazenda Pública, Dra

ATA DA TRECENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO DA JUNTA PLENA
JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT


Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se no sentido de desprover a remessa, entendendo que a decisão da câmara está adequada. Após a fase de discussão, o relator fez a leitura do seu voto, no sentido de negar provimento à remessa, acrescentando que embora a decisão da Jurat no PTAC nº 1574/2018 tenha reconhecido que o imóvel não é edificável por imposição legal apenas quanto ao IPTU 2018, é certo que os seus efeitos se estendem para os exercícios posteriores. A representante da contribuinte, Dra Caroline Vizeu, fez a manifestação oral, ratificou a solicitação para que se faça a revisão de ofício para os exercícios posteriores. Após manifestação, a Dra Francieli Cristini Schulz manteve o seu parecer. Os demais julgadores acompanharam o voto do relator. **Decisão:** Acordaram os membros da Junta Plena, por unanimidade de votos, pelo desprovemento da remessa, nos termos do voto do relator. **Processo SEI nº 24.0.171203-2, em que é recorrida Isabel Cristina Silveira, Remessa de Ofício nº 04/2025, sendo relator(a) Rosilaine Bokorni. Assunto: Restituição de ITBI.** A relatora fez a leitura do relatório. Passada a palavra a Defensora da Fazenda Pública, Dra Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se no sentido de dar parcial provimento à remessa, para anular o parecer da UGA e remeter à autoridade - UFT para que se manifeste quanto ao mérito dos pedidos do contribuinte. A relatora fez a leitura do seu voto, no sentido de dar parcial provimento à remessa, para declarar a nulidade do Parecer SEI nº 0022103712/2024 - SEFAZ.UGA.ARM e remeter os autos à Unidade de Fiscalização de Tributos para análise do pedido de repetição de indébito, devendo ser ouvida a Comissão Específica de ITBI acerca das amostras imobiliárias trazidas pela Contribuinte para contrapor o valor constante na guia que foi paga. O julgador Osni Sidnei Munhoz divergiu do voto da relatora para dar provimento total ao pedido da contribuinte, para conceder a restituição considerando o valor do laudo juntado, entendendo que a UGA já se pronunciou quanto à base de cálculo. A julgadora Priscila Zanghelini Gesser acompanhou a relatora com os fundamentos do seu voto proferido na primeira instância. Os julgadores Miqueas Libório de Jesus e Cristiane Stolle acompanharam a relatora. Os julgadores Cristiano de Oliveira Schappo, Oséias Colla e Denise da Silveira Peres de Aquino Costa acompanharam a divergência. Havendo empate, o Presidente em exercício, Sr Roniel Vieira dos Anjos, acompanhou a relatora. **Decisão:** Acordaram os membros da Junta Plena, por maioria de votos (5x4), com voto de desempate da presidência, pelo provimento parcial da remessa, nos termos do voto da relatora. **Processo SEI nº 24.0.231761-7, em que é recorrido Petróleo Brasileiro S/A, Remessa de Ofício nº 14/2025, sendo relator(a) Cristiano de Oliveira Schappo. Assunto: ITBI.** O relator fez a leitura do relatório. Passada a palavra a Defensora da Fazenda Pública, Dra Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se no sentido de desprover a remessa, mantendo a decisão da câmara. Após a fase de discussão, o relator proferiu voto no sentido de negar provimento à remessa de ofício, mantendo-se a decisão da Segunda Câmara em sua integralidade. Os demais julgadores acompanharam o relator. **Decisão:** Acordaram os membros da Junta Plena, por unanimidade de votos, pelo desprovemento da remessa, nos termos do voto do relator. **3 - Aprovação de Acórdãos:**

ATA DA TRECENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO DA JUNTA PLENA

JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

Acórdão 203/2025 - Processo SEI nº 23.0.222939-2 - Remessa de Ofício nº 12/2025, em que é recorrida PREXX Comércio e Importação Ltda, sendo relator(a) Cristiano de Oliveira Schappo. Assunto: TLL. **Acórdão 204/2025** - Processo SEI nº 24.0.232463-0, em que é recorrente Rudnick Minérios Ltda, sendo relator(a) Miqueas Libório de Jesus. Assunto: Restituição de ITBI. **Acórdão 205/2025** - Processo SEI nº 25.0.102338-7 em que é recorrida H Carlos Schneider S/A Comércio e Indústria, Remessa de Ofício nº 10/2025, sendo relator(a) Osni Sidnei Munhoz. Assunto: Restituição de IPTU. **Acórdão 206/2025** - Processo SEI nº 24.0.171203-2, em que é recorrida Isabel Cristina Silveira, Remessa de Ofício nº 04/2025, sendo relator(a) Rosilaine Bokorni. Assunto: Restituição de ITBI. **Acórdão 207/2025** - Processo SEI nº 24.0.231761-7, em que é recorrido Petróleo Brasileiro S/A, Remessa de Ofício nº 14/2025, sendo relator(a) Cristiano de Oliveira Schappo. Assunto: ITBI. Nada mais havendo a tratar eu, Cláudia Miranda Daufenbach lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada por mim, pelo Presidente da Junta Plena(ad hoc), Sr. Roniel Vieira dos Anjos, e demais presentes.

Joinville, 11 de novembro de 2025.


Roniel Vieira dos Anjos
Presidente
(em exercício)


Cláudia Miranda Daufenbach
Secretária

Cristiane Stolle _____

Cristiano de Oliveira Schappo _____

Denise da Silveira Peres de Aquino Costa _____

Francieli Cristini Schulz _____

Miqueas Libório de Jesus _____

Oséias Colla _____

Osni Sidnei Munhoz _____

Priscila Zanghelini Gesser _____

Rosilaine Bokorni _____